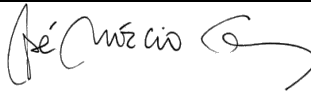
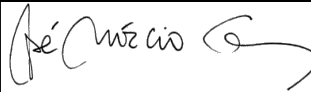




Proposição: MOC - MOÇÃO
Número: 000116/2026

AVULSO	RETIRADO DEFINITIVAMENTE
Em: 15/04/2026	Em: 22/04/2026
	
José Márcio Lopes Guedes	José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE	PRESIDENTE

Requeremos à Mesa, uma vez ouvido o Plenário e observadas as demais formalidades regimentais, que encaminhe MOÇÃO DE REPÚDIO à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por conceder o título de Doutor Honoris Causa a João Pedro Stédile, no último dia 7 de abril de 2026.

A referida honraria, tradicionalmente destinada a personalidades de notório saber, trajetória ilibada e contribuição relevante ao desenvolvimento científico, social e institucional do país, deveria refletir valores que engrandecem a sociedade como um todo. No entanto, a escolha do homenageado, figura diretamente associada à fundação e liderança de um movimento marcado por práticas reiteradas de ocupações de propriedades rurais, levanta sérios questionamentos quanto aos critérios adotados e à mensagem transmitida à população.

De acordo com registros amplamente conhecidos, o Sr. João Pedro Stédile é um dos principais líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organização que, embora se apresente sob a bandeira da reforma agrária e da justiça social, possui um histórico permeado por ações que extrapolam os limites legais, incluindo invasões de propriedades produtivas, confrontos no campo e desrespeito ao direito constitucional à propriedade privada. Tais práticas, longe de promoverem justiça, frequentemente resultam em insegurança jurídica, prejuízos econômicos e tensões sociais que impactam diretamente produtores rurais, trabalhadores e suas famílias.

A Constituição Federal é clara ao garantir o direito de propriedade como um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Ainda que se reconheça a importância do debate sobre a função social da terra e a necessidade de políticas públicas voltadas à reforma agrária, tais discussões devem ocorrer dentro dos marcos legais e institucionais, jamais à margem da lei ou por meio de ações que incentivem o conflito e a instabilidade.

Nesse contexto, a concessão de uma das mais elevadas honrarias acadêmicas a uma liderança vinculada a práticas dessa natureza configura não apenas um equívoco institucional, mas também um desrespeito direto a milhões de brasileiros que acreditam no trabalho honesto, na produção legal e no cumprimento das normas vigentes. Trata-se de uma decisão que ignora o esforço diário de produtores rurais que, com dedicação, investimento e responsabilidade, contribuem significativamente para o crescimento econômico do país.

O agronegócio brasileiro, reconhecido mundialmente por sua eficiência e capacidade produtiva, é responsável por parcela expressiva do Produto Interno Bruto, pela geração de empregos e pela segurança alimentar da população. É um setor que enfrenta desafios constantes, como oscilações de mercado, questões climáticas e elevada carga tributária, e que, ainda assim, se mantém como um dos pilares da economia nacional. Valorizar figuras associadas a práticas que colocam esse setor em risco é, no mínimo, uma inversão de valores que merece firme contestação.

Além disso, é imprescindível destacar que universidades públicas, como a UFJF, são mantidas com recursos provenientes dos impostos pagos por toda a sociedade. Isso impõe às



instituições um dever ainda maior de responsabilidade, equilíbrio e compromisso com o interesse público. As decisões tomadas em seu âmbito não podem ignorar o impacto social e simbólico que carregam, especialmente quando envolvem homenagens de grande relevância.

Causa profunda estranheza que, diante de tantos profissionais, pesquisadores, produtores e cidadãos que dedicam suas vidas ao desenvolvimento sustentável, à inovação tecnológica e à construção de um país mais justo dentro da legalidade, a universidade opte por homenagear uma figura cuja trajetória é marcada por controvérsias e por um histórico de confrontos institucionais.

A presente manifestação não busca, de forma alguma, inviabilizar o debate democrático ou desconsiderar a pluralidade de ideias que deve existir no ambiente acadêmico. Pelo contrário, o que se defende é que o espaço universitário continue sendo um local de reflexão crítica, mas também de respeito às instituições, às leis e aos valores que sustentam a convivência social harmônica.

Ao conceder tal honraria, a UFJF acaba por legitimar, ainda que indiretamente, práticas que afrontam o ordenamento jurídico e colocam em risco a estabilidade no campo. Essa decisão gera um precedente preocupante e contribui para a polarização de um tema que exige, acima de tudo, responsabilidade, diálogo e compromisso com a legalidade.

Diante de todo o exposto, manifestamos nosso total desacordo com a honraria concedida, reiterando sua posição firme em defesa da propriedade privada, da segurança jurídica, do respeito às leis e da valorização daqueles que efetivamente contribuem para o desenvolvimento do Brasil de forma legítima e produtiva.

Reafirmamos, ainda, nosso compromisso com os produtores rurais, trabalhadores do campo e todos os cidadãos que acreditam em um país construído com base no esforço, na ordem e no respeito mútuo.

Por fim, espera-se que as instituições públicas reflitam com maior cautela sobre decisões dessa natureza, considerando não apenas aspectos ideológicos, mas, sobretudo, o impacto social e o exemplo que tais atos representam para as presentes e futuras gerações.

Palácio Barbosa Lima, 6 de abril de 2026.

Carlos Alberto de Mello
Vereador Sargento Mello Casal - PL

